



BREVE ESCLARECIMENTO PRÁTICO SOBRE O PAGAMENTO PELOS EMPREGADORES DA SANÇÃO PECUNIÁRIA APLICADA AOS TRABALHADORES

Caso, no termo de um procedimento disciplinar, se pretenda aplicar ao trabalhador a sanção pecuniária prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 328.º do Código do Trabalho e atendendo a que o artigo 330.º do referido diploma prevê, no n.º 3, que *"o empregador deve entregar ao serviço responsável pela gestão financeira do orçamento da segurança social o montante de sanção pecuniária aplicada"*, o empregador deve proceder à entrega dessa quantia ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, através de uma das seguintes formas¹:

- Por transferência bancária para o IBAN do IGFSS PT50.0035.0697.00900428517.84, acompanhada do envio de *email* para IGFSS-DGF.NFF@seg-social.pt, com indicação do valor transferido e natureza da transferência;
- Por cheque emitido à ordem do IGFSS, enviado para a morada Av. Manuel da Maia, nº 58, 1049-002 Lisboa, acompanhado de nota identificadora da natureza do pagamento.

Procedimentos de
pagamento da sanção
pecuniária

¹ Que não se encontram expressamente previstos na lei.

Esclarece-se igualmente que a entidade empregadora deve, em situações semelhantes, declarar a totalidade da retribuição do trabalhador afectado e não apenas o montante que o mesmo efectivamente recebeu em resultado da aplicação da sanção.



Rui Esperança